

# A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

## O IMPACTO DA DIÁSPORA AFRICANA NA VIDA DAS MULHERES AFRODESCENDENTES

**Marília Nicole Oliveira dos Santos, Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali,  
Viviana Mendes.**

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi,  
2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, [marilianicoleolvs@gmail.com](mailto:marilianicoleolvs@gmail.com);  
[papali@univap.br](mailto:papali@univap.br); [geolimabrasilch@yahoo.com.br](mailto:geolimabrasilch@yahoo.com.br).

### Resumo

O presente artigo refere-se a uma pesquisa em andamento que busca identificar o contexto histórico social em que as mulheres afrodescendentes se encontram após as violações vivenciadas através da diáspora africana, bem como, enfatizar os impactos ocasionados pelo racismo estrutural presente nas relações sociais. Sob essa perspectiva, foram tratadas as questões que permeiam a identidade da mulher negra, a importância da memória enquanto fator determinante da preservação da ancestralidade africana e os territórios onde atuam. Como metodologia o artigo embasou-se na pesquisa bibliográfica de literatura científicas. Como resultado, por meio de uma investigação teórica e empírica, espera-se compreender o impacto que ocasiona o racismo estrutural em suas vivências.

**Palavras-chave:** Racismo Institucional, Mulheres Afrodescendentes e Diáspora.

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas – Planejamento Urbano e Regional.

### Introdução

A diáspora africana ocorreu pela imigração forçada a partir da colonização, que retirou a população negra de seu continente de origem e trouxe para o Brasil para mercantilizar seus corpos. Esse processo impactou de forma negativa a vida da população afrodescendente. As mulheres negras dentro desse contexto sofreram as inúmeras formas de opressão ocasionadas na escravidão, que registraram um histórico de violações que perpetuam na contemporaneidade. A realidade das mulheres negras no contexto atual foi atravessada pelo colonialismo, que interfere nas relações sociais e coloca a população negra em posição de desigualdade social. Portanto, diante do racismo estrutural constituído a partir das relações de poder e dominância da colonização, as mulheres afrodescendentes enfrentam desafios diários para conseguir sobreviver ao sistema hegemônico eurocentrista.

Dessa forma se torna uma necessidade discussões desta pauta dentro do Planejamento Urbano e Regional, dialogar com as possibilidades de promover uma inclusão social através da análise social e dos territórios, onde a população negra se encontra inserida, considerando o sistema capitalista e racista que constrói a desigualdade social através das posições de privilégio pautadas nas questões étnicas.

A mais importante oportunidade e desafio ao planejamento progressista para tratar das injustiças espaciais é ousar imaginar um futuro radicalmente diferente que seja mais justo e que corporifique um urbanismo humano. Para isso necessitamos também de um repertório de práticas que possam invocar tal imaginação e pavimentar os caminhos para um urbanismo inclusivo (MIRAFTAB, 2016, p. 376).

Em síntese, o artigo abordará o contexto histórico de desigualdade que a população afrodescendente vivência na contemporaneidade a partir da visão decolonial, com vista na importância de compreender a vivência de mulheres negras na sociedade, para a partir deste ponto, refletir possibilidades de construir espaços de igualdade.

### Metodologia

Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, com a finalidade de analisar os impactos da diáspora africana no cotidiano de mulheres afrodescendentes. O estudo parte de uma revisão bibliográfica composta por autores fundamentais para a compreensão dos estudos decoloniais, representados por

# A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Silvio Almeida (2019), Joice Berth (2020), Bell Hooks (2019), e Angela Davis (2016). Deste modo para compreender a inserção da população negra na sociedade, foram retratados os autores Abdias Nascimento (2019), Lélia Gonzalez (1988), Stuart Hall (ano), Maurice Halbwachs (1990) e Faranak Miraftab (2016).

## Resultados

A colonização no Brasil ocorreu a partir do século XVI, quando o país teve suas terras invadidas pelos europeus em busca da expansão mercantilista do sistema colonial regente da época, portanto, a escravidão era justificada e defendida pelos colonizadores como forma de impulsionar a economia europeia.

A princípio, no longínquo século XVI, a escravização da população negra se justifica pela carência da mão de obra necessária para desbravar o continente americano e revigorar a economia do Velho Mundo, imerso em um processo de decadência gradual. A escravização é defendida pela classe dominante como elemento imprescindível para alavancar o progresso, enquanto uma atividade lícita (EURICO, 2020, p.19-20).

Dentro deste contexto, a Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888, foi a conclusão de uma campanha popular que reivindicava o direito à liberdade da população escravizada, um movimento protagonizado por escravizados e abolicionistas em um período em que ser resistente às lutas opressoras era motivo para que suas vidas fossem ceifadas. Diante deste acontecimento e da influência dos outros países onde a escravidão havia sido abolida, o Império se sentiu pressionado para que a escravidão fosse abolida do país. Porém, a abolição não significou a inclusão social para a população africana e afrodescendente, apesar de ter grande significância na luta pelos direitos básicos, à população negra continuou em situação de vulnerabilidade e risco. A colonização foi o principal marcador da desigualdade social e conseqüentemente do racismo estrutural na América e no mundo.

Nada se alterou com a Proclamação da República em 1889 e o exílio da família imperial. Os donos do poder permaneceram os mesmos, a sorte do ex-escravo, conseqüentemente, prosseguiu na mesma, apenas com a intensificação crescente da desintegração da personalidade e do grupo familiar do negro: agora havia a substituição da mulher negra, a criminalidade do negro, a delinquência da infância negra. A família negra estava destituída das possibilidades econômicas de sobrevivência ao nível de uma condição humana normal (NASCIMENTO, 2019, p. 65).

A partir do processo de colonização a experiência das mulheres negras no Brasil se deu por meio dos processos violentos, dentro desta conjuntura foram objetificadas. Após a abolição, na busca por condições de vidas mais salubres, muitas acabaram comercializando seus corpos, sendo violentadas para conseguir sobreviver em um continente que não contemplava sua existência de forma digna. Uma das formas de opressão vivenciada dentro do contexto apresentado foi a violência sexual, que culminou na miscigenação de raças. Um ponto importante para compreender a posição das mulheres negras na sociedade é o silenciamento, como forma de instituir o racismo.

As manifestações do processo de tortura que os povos que foram escravizados sofreram constituíam-se em formas de seccionar diversas opressões, desta forma, de acordo com Nascimento (2019), a ideia de democracia racial foi utilizada para o silenciar a população negra. O silenciamento impactou o desenvolvimento da sociedade, tendo em vista as dificuldades de reconhecimento das contribuições africanas, históricas e culturais, pois a partir deste fenômeno foram perpetuados estereótipos que limitaram as oportunidades educacionais, culturais e econômicas, comprometendo também a inclusão de pessoas negras, na participação política e social.

O racismo no Brasil estrutura as relações institucionais e sociais, e a ideologia do branqueamento afeta uma parcela significativa da sociedade brasileira, pessoas que negam a existência do racismo e acreditam no mito da democracia racial. A necropolítica instaurada no Brasil, comprova a urgência da criação de políticas públicas sociais para o enfrentamento e combate ao racismo, as sequelas da colonização também silenciam, invalidam e colocam a vida da população afrodescendente em condições de disparidade social.

Uma pesquisa realizada em 2019 pelo IBGE, os pardos se autodeclararam 46,8% da população brasileira, enquanto os brancos somavam 42,7%. Em números absolutos havia no país 98,1 milhões

## A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

de pessoas pardas, 89,4 milhões de pessoas brancas e 19,8 milhões de pessoas pretas. O que predomina a população preta e parda, de acordo com a autodeclaração do IBGE. Todavia, é relevante refletir que existem diversas pessoas que por conta do processo de branqueamento não conseguem se reconhecer como negras dentro da sociedade, conseqüentemente, mesmo que existam mais pessoas negras do que brancas em nosso país, ainda sim existiu a necessidade da implantação de Leis que garantissem direitos que deveriam ser considerados como o mínimo de reparação histórica para a população negra.

O racismo estrutural passa a ser o principal aspecto do cotidiano da vida de mulheres afrodescendentes no Brasil, em conformidade com Almeida (2019), pode ser categorizado em quatro esferas: política, social, econômica e cultural. A ideologia do branqueamento é onde a relação eurocêntrica construída socialmente impõe a essa parcela da população um local de subalternidade.

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento (GONZALES, 1988, p. 73).

Diante da perspectiva apresentada por Lélia Gonzales, é possível identificar que a relação da identidade da população afrodescendente foi construída sob um viés hegemônico branco, a partir do processo da tentativa de branqueamento das raças, o que impossibilitou a população afrodescendente de se reconhecer dentro de suas origens, por meio do apagamento histórico-cultural.

A identidade, portanto, é composta conforme a relação do sujeito com a sociedade e seu contexto histórico, podendo ser modificada, sendo assim, é necessário refletir que a identidade da mulher negra foi construída em uma dialética eurocentrista, devido ao sistema sociopolítico regido pelo patriarcado e pelo racismo estrutural, que violenta seus corpos, e coloca a população negra em desvantagem social. As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas; no interior da representação (HALL, 2011, p. 48).

De acordo com o sociólogo jamaicano Hall (2011), a identidade pode ser interpelada pelo contexto da estruturação de poder cultural, ou seja, as relações de poder e dominância social também constroem culturas hegemônicas, bem como as formas violentas de colonização e segregação dos povos escravizados também definiram culturas. A partir do processo de colonização no Brasil, a população africana sofreu com o apagamento histórico que culminou na obliteração cultural e interpessoal, quando o próprio sistema promove a exclusão de pessoas negras, por meio da falta de políticas públicas de inclusão para reparar os danos causados pela escravidão.

Em face do exposto, a construção da identidade da mulher negra é atravessada pelo racismo estrutural, fazendo com que as mesmas não se reconheçam dentro de suas etnias. Com o avanço da globalização, as tecnologias foram também desenvolvidas para fortalecer padrões, dentro deste viés, a indústria lucrou com a venda de produtos alisantes de cabelo, deixando diversas mulheres negras condicionadas e suscetíveis pela busca da beleza socialmente aceita, passando a encontrar formas de estar mais próximas ao padrão estético eurocêntrico. Esse fato culminou com um distanciamento da ancestralidade africana, representada na fisionomia da população negra.

O capitalismo é o sistema responsável pela mercantilização da cultura africana, portanto, acaba se tornando reducionista ao comercializar diversos aparatos culturais sem identificar seu valor histórico, transformando a cultura negra em mercadoria. Dentro deste aspecto, surgem apropriações culturais sobre a ideia de ser uma pessoa negra, a partir da utilização de materiais e até mesmo da inserção em religiões de matriz africana, em conformidade com Hooks (2019), por diversas vezes a branquitude deseja fazer parte da negritude, porém não compreende seu lugar de privilégio e ignora o fato das inúmeras repressões que a população afrodescendente vivencia cotidianamente. Assim, há uma busca intensa por parte da população negra, em especial as ativistas na luta para preservar a cultura negra, como uma forma de resistência étnica cultural brasileira. A escritora Bell Hooks, reafirma a necessidade de romper com esta estrutura de privilégios que impacta as mulheres negras, ao analisar a retórica do privilégio da população branca, dizendo que:

É um sinal de privilégio branco ser capaz de "ver" a negritude e a cultura negra de um ponto de vista em que sejamos marcados e definidos apenas pela rica cultura de oposição criada pelas pessoas negras como resistência. Tal perspectiva permite que a pessoa ignore a dominação supremacista branca e a dor que ela provoca via opressão, exploração, feridas e mágoas diárias. Pessoas brancas que não veem a dor negra nunca entendem realmente a complexidade do prazer negro. E não



## A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

surpreende então que, quando tentam imitar a alegria de viver que enxergam como a "essência" e a alma da negritude, suas produções culturais possam ter um ar farsesco e uma falsidade que podem atizar e mobilizar ainda mais públicos brancos, embora deixem várias pessoas negras indiferentes (HOOKS, 2019, p. 282).

Dentro do escopo, as mulheres negras construíram diversas inseguranças em suas subjetividades, pois a falta de representações e o racismo presente nas relações sociais, fez com que muitas não conseguissem se conectar com a sua ancestralidade, a preservação das memórias é um fator essencial para que pudessem compreender a importância de suas existências e também o funcionamento do racismo estrutural.

### Discussão

O apagamento histórico faz parte de um projeto político de branquear a sociedade, não apenas na miscigenação das raças, mas em seu contexto literal de apagar as memórias ancestrais africanas trazidas para o Brasil no processo colonizador. A resistência realizada pela população negra serviu para resguardar as memórias do continente de origem do povo negro, para que isso ocorra inúmeras violências são vivências no cotidiano da população afrodescendente, conforme descreve Halbwachs (1990), os grupos são fortalecidos através da resistência ancestral, e mesmo com as mudanças buscam se adaptar para resguardar suas culturas.

Um grupo, ao contrário, não se contesta em manifestar que sofre, em indignar-se e protestar na hora. Resiste com todas as forças de suas tradições, e essa resistência não permanece sem efeito. Procura e tenta, em parte, encontrar seu equilíbrio antigo sob novas condições (HALBWACHS, 1990, p. 137).

As repressões vividas pelas mulheres negras dentro da sociedade geram inseguranças diárias, uma delas é vivida dentro do mercado de trabalho, que move o mundo capitalista. As chances de mulheres negras ocuparem espaços no mercado de trabalho formal são inferiores às da população não negra, restando principalmente as ocupações em trabalhos informais. Um desses trabalhos ocupados por diversas mulheres negras é o de empregada doméstica, que ainda hoje a terminologia utilizada é a de doméstica, termo surgido na colonização quando as mulheres negras eram objetificadas e utilizadas para o trabalho escravo. De acordo com o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), o perfil básico das trabalhadoras domésticas no Brasil, é composto por 92% de mulheres, das quais 65% são negras. Além disso, a maioria está acima dos 40 anos e tem renda média inferior a um salário mínimo. O reflexo que isso ocasionou na sociedade é a ocupação dessas mulheres nos cargos subalternizados.

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs, que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de instituição doméstica, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo serviços domésticas (DAVIS, 2016, p.98).

Ainda nesta desqualificação das trabalhadoras domésticas, respaldada por um racismo socioeconômico que impacta não apenas o mercado de trabalho, mas apresenta consequências para a evolução da mulher negra na sociedade. A Rapper e Arte-Educadora Preta Rara criou um blog (<https://www.instagram.com/pretararaoficial/>) em que relata as centenas de casos de racismo e preconceito que as empregadas domésticas sofrem. Em diversas entrevistas cedidas para a mídia, ela explicou que resolveu registrar os relatos mais absurdos e racistas sofridos por esta categoria de trabalhadoras. Nota-se que mesmo pós a colonização a população negra encontrou um cenário de falta de oportunidades, onde mesmo com a abolição, não foram reparados com moradias e condições dignas de trabalho. Perante o exposto, a composição periférica no Brasil se deu a partir do momento em que foram marginalizados e precisaram se alocar ao redor das cidades. As periferias surgem como uma necessidade de ordem habitacional, porém são espaços que por diversas vezes resguardam a cultura africana, os quilombos são reflexos da importância do território enquanto lugar de cultivo e proteção da cultura afrodescendente. Segundo Nascimento (2019), o *comunalismo africano* existe séculos antes de uma criação europeia da definição de socialismo, a partir do quilombo existiu a importância de enxergar a sociedade de forma igualitária, com as divisões de tarefas e responsabilidades entre os gêneros.

## A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Por trás dos territórios existe uma história de poder e dominação, bem como ocorre com as periferias. Segundo Haesbaert (2004), os territórios são definidos a partir da combinação simbólica que representa um lugar que pode ser afetivo e considerado como lar, mas também funcional, enquanto local de produção de significados e recursos. Nesta perspectiva, os quilombos são territórios de grande potência cultural e anteparo para a proliferação dos saberes ancestrais da cultura africana.

O Planejamento Urbano e Regional como uma visão futura das construções da sociedade deve considerar a constituição periférica e quilombola a partir de sua representatividade latente, artística, política e cultural, promovendo táticas e espaços de inclusão social. Pois será através de um olhar real que considere a colonização como marcador do sistema capitalista, é possível visualizar as necessidades da população afrodescendente, em conformidade com a contribuição de Miraftab (2016) é necessário descolonizar saberes que foram construídos através da hegemonia eurocêntrica, para mirar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, partindo da importância em se desprender das subjetividades construídas em prol apenas de uma classe.

Os fatores prejudicados na construção dos saberes socialmente impostos pela hegemonia eurocêntrica, foram as religiões e a cultura africana, com uma rica representatividade apresentada dentro de suas manifestações. A mulher negra tem o papel fundamental nos cultos religiosos, através do sincretismo religioso das Matrizes Africanas, representados por diversos elementos da natureza pelos Orixás e também como descreve Nogueira (2019), são significativamente importantes nas relações sociais. A sociedade desvaloriza a mulher afrodescendente e não compreende a força e resiliência que carregam para conseguirem sobreviver ao sistema eurocentrista.

Diante das informações elencadas, em conformidade com Berth (2020), uma das formas de conseguir combater o racismo se dá por intermédio do empoderamento coletivo, pensando estratégias que enfrentem as mazelas do racismo institucional. A palavra empoderamento foi apossada pelo sistema capitalista e categorizou seu significado apenas nas questões estéticas reforçando a ideia de padrões, porém o empoderamento refletido de forma coletiva, busca emancipar a vida de mulheres afrodescendentes, por meio da resistência nas lutas igualitárias.

### Conclusão

É indissociável pensar o empoderamento distante da coletividade, pois compreendido individualmente reproduz lógicas de opressões, portanto, se faz necessário englobar contextos históricos que ocorreram na vida de mulheres afrodescendentes que constituíram as inúmeras negligências que vivenciam na atualidade. O impacto da diáspora africana inviabiliza o acesso a espaços e políticas públicas de inserção da população negra dentro da sociedade, portanto se faz necessário que o Planejamento Urbano e Regional considere o processo de colonização como algo fundamental para compreender a realidade dos espaços e territórios ao longo do processo de formação e consolidação do racismo estrutural que se perpetua na sociedade brasileira e em outros países. Assim, condicionam a população negra um quadro de desigualdade perversa, a partir da exposição ao risco social, devido à violência ocasionada pelas instituições governamentais e as negligências promovidas pelo próprio Estado, resultando em uma necropolítica, muito bem dialogado pelo Filósofo e Historiador Camaronês, Achille Mbembe.

### Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019. (Coleção Feminismos Plurais). 158 p.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais). 175 p.

RARA, PRETA . Site oficial. <https://www.instagram.com/pretararaoficial/> e <https://www.instagram.com/euempregadadomestica/>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DIEESE. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. Maioria recebe menos que um salário mínimo e não tem carteira assinada. Disponível em:

## A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticaspais#:~:text=As%20mulheres%20representam%2092%25%20das,inferior%20a%20um%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo.> Acesso em 02.ago.2023.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortez, 2020. 175 p.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva e o Espaço**. Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 11a ed. 2011. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HOOKS. Bell. **Olhares Negros**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 350 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 16 junho 2023.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. REV. BRAS. ESTUDOS. URBANOS REG. (Online), RECIFE, V.18, N.3, p.363-377, SET.-DEZ. 2016. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7620972/mod\\_resource/content/1/Miraftab%2C%20faranak.%20insurge%CC%82ncia%2C%20planejamento%20e%20a%20perspectiva%20de%20um%20urbanismo%20humano..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7620972/mod_resource/content/1/Miraftab%2C%20faranak.%20insurge%CC%82ncia%2C%20planejamento%20e%20a%20perspectiva%20de%20um%20urbanismo%20humano..pdf). Acesso em 20 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância panafricanista**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 621 p.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais). 158 p.

### Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Vale Paraibana de Ensino - Bolsa Modalidade Taxa.